

1. No que concerne ao tratamento do Erro no Direito Penal brasileiro está correto afirmar-se que:

- a) não existe diferença no tratamento dado à questão do erro no Código Penal comum e no Código Penal Militar.
- b) erro de Fato é igualmente tratado nos dois diplomas legais.
- c) erro sobre a pessoa não tem relevância nos dois diplomas legais.
- d) chamado Erro de Tipo é inexistente no Código Penal Militar brasileiro.

2. No Direito Penal Militar brasileiro, a chamada lei supressiva de incriminação:

- a) faz com que cessem todos os efeitos jurídicos que dela decorrem.
- b) faz com que cessem todos os efeitos penais e civis da sentença penal condenatória.
- c) faz com que cesse a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, exceto quanto aos efeitos de natureza civil.
- d) faz com que cesse a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, incluindo os efeitos de natureza civil.

3. Entre as afirmações abaixo, somente uma pode ser considerada inteiramente correta:

- a) a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente enquanto não transitar em julgado a sentença penal condenatória.
- b) a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente mesmo depois de sobrevir sentença penal condenatória irrecorrível.
- c) para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser analisadas pelo juiz e, a requerimento da parte, aplicar aquela que o acusado entender lhe ser mais benéfica.
- d) considera-se praticado o crime, segundo o Código Penal Militar, no momento em que o crime produza os seus maléficos efeitos.

4. Entre as afirmações contidas abaixo, marque aquela que está absolutamente acorde com os dispositivos vigentes na lei penal militar:

- a) na definição de território nacional por extensão para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e navios brasileiros de propriedade privada que estejam em porto ou aeroporto brasileiro.
- b) na definição de território nacional por extensão para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e navios sob o comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados, que se encontrem unicamente em território brasileiro.
- c) na definição de território nacional por extensão para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e navios estrangeiros que estejam em lugar sujeito à administração militar, e o crime praticado atente contra as instituições militares.
- d) na definição de território nacional por extensão para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e navios estrangeiros que estejam em lugar sujeito à administração militar, e o crime praticado viole a lei penal brasileira.

5. No tocante à Relação de causalidade na lei penal militar brasileira está correto afirmar-se que:

- a) uma causa pré-existente é considerada como causa, quando sem a qual o resultado não teria ocorrido.

- b) uma causa pré-existente é considerada como causa, quando a causa principal for a única responsável pelo resultado obtido pelo agente.
- c) a superveniência de causa relativamente independente não é relevante para excluir a responsabilidade do autor da causa principal.
- d) a superveniência de causa relativamente independente, quando por si só produziu o resultado, fica na dependência do que ocorrer à vítima em relação à causa principal.

6. Entre as afirmações abaixo marque a opção que esteja absolutamente correta em relação à lei penal militar vigente:

- a) pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.
- b) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pela mesma pena do crime tentado.
- c) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde como se tivesse consumado o crime.
- d) pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

7. O Código Penal Militar, contrariamente ao que dispõe o Código Penal comum, prevê o estado de necessidade como sendo:

- a) causa de justificação.
- b) causa excludente de ilicitude.
- c) causa excludente de culpabilidade e de ilicitude.
- d) causa excludente de culpabilidade.

8. I - A prescrição no crime de deserção só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta anos.

II - É imprescritível a execução das penas acessórias.

III - A reabilitação alcança quaisquer penas impostas por sentença definitiva, exceto em relação aos atingidos pelas penas acessórias de suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela, se tiverem praticado crime de natureza sexual em detrimento de filho, tutelado ou curatelado.

IV - Em qualquer caso, interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr novamente do dia da interrupção.

V - No caso de prescrição com trânsito em julgado para a acusação, o prazo prescricional tem como base de cálculo não a pena em abstrato, mas sim a pena concretizada na sentença.

Das cinco proposições acima pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas.
- b) a primeira e a quinta estão erradas, e segunda, terceira e quarta estão corretas.
- c) a primeira, a terceira e a quinta estão erradas, e a segunda e quarta estão corretas.
- d) a primeira, a terceira e a quinta estão corretas, e a segunda e quarta estão erradas.

- 9. I - No crime de tentativa contra a soberania do Brasil a pena de reclusão de quinze a trinta anos, para os cabeças, é aplicada podendo ser diminuída de um a dois terços.**
- II - Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime, a pena aplicada será sempre diminuída de um a dois terços.**
- III - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica culposamente.**
- IV - Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível de qualquer espécie.**
- V - O Código Penal Militar brasileiro em sua parte geral define com precisão, em quatro artigos meramente explicativos, o que sejam o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.**

Com referência às proposições acima pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas.
- b) todas estão erradas.
- c) a primeira, terceira e quinta estão erradas, e a segunda e quarta estão corretas.
- d) a primeira, terceira e quinta estão corretas, e a segunda e quarta estão erradas.

10. No Concurso de agentes a punibilidade de quaisquer dos participantes no crime se dará na medida da sua culpabilidade:

- a) e disso resulta em que todos terão as mesmas penas.
- b) e uma circunstância agravante, de caráter pessoal, não se comunica ao co-autor, salvo se elementar do crime.
- c) e uma circunstância de caráter pessoal não se comunica nunca ao co-autor do crime.
- d) e uma circunstância de caráter pessoal, não elementar do crime, se comunica ao co-autor.

11. Nos crimes de Violência contra superior, definido no Código Penal Militar, artigo 157, ou Violência contra militar de serviço, previsto no artigo 158 - diante da hipótese de ausência de dolo no resultado, artigo 159 - está errado afirmar-se que:

- a) se o superior é comandante da unidade a que pertence o agente ocorre uma forma qualificada de pena.
- b) se o superior é oficial general ocorre uma forma qualificada de pena.
- c) se a violência é praticada com arma ocorre uma causa especial de aumento de pena.
- d) quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena é atenuada.

12. Nos Crimes contra a pessoa previstos no Capítulo I, do Título IV, do Código Penal Militar, está correto afirmar-se que:

- a) homicídio privilegiado ocorre se o crime é cometido impelido sob o domínio de violenta emoção, não importa o motivo.
- b) se o homicídio é culposo ocorre uma forma qualificada se o agente deixa de prestar socorro à vítima.
- c) se o homicídio é culposo ocorre uma agravante se o agente deixa de prestar socorro à vítima.
- d) no crime de Provocação indireta ao suicídio, se o suicídio é apenas tentado não existe hipótese de punibilidade do agente provocador.

13. Entre as penas acessórias definidas no Código Penal Militar pode-se afirmar que não está prevista:

- a) a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.
- b) a suspensão dos direitos políticos.
- c) a interdição temporária de direito.
- d) inabilitação para o exercício de função pública.

14. Com referência ao *sursis* está correto afirmar-se que:

- a) a sentença pode deixar de especificar as condições a que fica subordinada a suspensão.
- b) se o prazo da suspensão expira ainda que tenha sido revogada a suspensão, fica extinta a pena privativa de liberdade.
- c) a suspensão condicional da pena não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de paz se o militar deixa de se apresentar no momento da partida do navio ou aeronave de que é tripulante.
- d) a suspensão não pode ser revogada mesmo se o condenado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.

15. Uma conduta voluntária, consciente, que produz um resultado considerado ilícito, não querido, mas previsível, e que foi excepcionalmente previsto pelo agente, que podia, com a devida atenção e cautela ser evitado, é considerado:

- a) um crime doloso, praticado com dolo direto.
- b) um crime doloso, praticado com dolo eventual.
- c) um crime culposo, praticado com culpa inconsciente.
- d) um crime culposo, praticado com culpa consciente.

16. Nos termos do que dispõe o artigo 123 e seu parágrafo único do Código Penal Militar, está errada a afirmação:

- a) extingue-se a punibilidade pela anistia, graça ou indulto.
- b) extingue-se a punibilidade pela prescrição.
- c) extingue-se a punibilidade pela reabilitação.
- d) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.

17. “Art. 49 - Não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”.

Diante dessa afirmação contida no Código Penal Militar está correto afirmar-se que:

- a) o critério adotado acima pela lei penal militar para aferir a imputabilidade é o chamado critério psicológico de imputabilidade.
- b) o critério adotado acima pela lei penal militar para aferir a imputabilidade é o chamado critério biológico de imputabilidade.
- c) o agente fica inteiramente sem poder receber uma medida qualquer.
- d) esta é uma hipótese de embriaguez pré-ordenada.

18. O Tribunal Penal Internacional, instituído em 1998, tem competência para julgar, dentre outros, os crimes de genocídio. O Brasil:

- a) submete-se à jurisdição do citado Tribunal.
- b) submete-se à jurisdição do citado Tribunal, mas depende de decisão do Supremo Tribunal Federal.
- c) a submissão brasileira àquela Corte depende de lei.
- d) a submissão brasileira é condicionada a plebiscito.

19. As Convenções de Genebra estabelecem regras especiais para a proteção de feridos, enfermos e náufragos. Assinale a hipótese correta:

- a) essa proteção abrange todos os que se encontram nessas condições, sejam civis ou integrantes de forças armadas.
- b) essa proteção é estendida apenas aos civis.
- c) essa proteção refere-se apenas aos militares.
- d) essa proteção não se aplica aos integrantes de milícias não regulares.

20. Em que diferem os Direitos Humanos do Direito Internacional Humanitário?

- a) os Direitos Humanos aplicam-se apenas em tempo de paz e suas regras ficam derogadas em tempo de guerra.
- b) a paz é a condição primordial para o pleno respeito aos Direitos Humanos, sendo a guerra a negação desses direitos, razão pela qual ficam suspensos durante as hostilidades.
- c) o conceito de Direito Internacional Humanitário consiste no conjunto de Direitos Humanos em período de conflito armado.
- d) Direitos Humanos aplicam-se exclusivamente a civis e o Direito Internacional Humanitário a militares.

21. Como se classifica um conflito armado perante a comunidade internacional para tornar aplicáveis as regras de Direito Humanitário?

- a) só quando a situação de beligerância é reconhecida por órgãos multilaterais, como a ONU, OEA, OTAN, etc.
- b) cabe apenas às partes em conflito reconhecer que se encontram em guerra.
- c) cabe ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha a classificação do conflito.
- d) seja qual for a classificação dada, são os fatos que configuram a situação de conflito armado internacional.

22. Bens culturais, monumentos, lugares de importância histórica e artística, escavações arqueológicas e outros sítios de interesse para a educação, a ciência e a cultura, são objeto de proteção especial em caso de conflito armado. São protegidos:

- a) os bens considerados patrimônio cultural da humanidade, conforme critérios da UNESCO.
- b) os bens que os países em conflito venham a declarar protegidos.
- c) todos os bens que tenham antigüidade igual ou superior a um século.
- d) os bens tombados pelo patrimônio histórico dos países em conflito.

23. Segundo o então chefe da delegação brasileira, o Tribunal Penal Internacional foi instituído, por iniciativa das Nações Unidas, para preencher “o vazio jurídico decorrente da inexistência de uma instância internacional permanente e independente, com base em um instrumento de escopo universal, capaz de julgar os responsáveis pelos crimes mais graves de interesse internacional”. Seu instrumento fundamental foi:

- a) a Convenção de Genebra.
- b) a Conferência de Haia.
- c) o Tribunal de Nuremberg.
- d) o Estatuto de Roma.

24. São definidos e tipificados como sujeitos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional:

- a) os delitos de terrorismo, tortura e genocídio.
- b) crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes militares.
- c) genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.
- d) tráfico de armas, tráfico de entorpecentes e tortura.

25. Direito Internacional tem regras especiais para a proteção dos prisioneiros de guerra, estabelecendo seus direitos e deveres, dentre os quais:

- a) a prerrogativa de qualquer oficial ser interrogado apenas por outro, de patente superior.
- b) a obrigação do prisioneiro de declarar seu nome, sobrenome, patente ou graduação, data de nascimento e número de matrícula.
- c) ser o prisioneiro colocado em liberdade sob palavra, assumindo o compromisso de não voltar a se envolver no conflito.
- d) permanecer o prisioneiro detido apenas em instalações especiais, diversas daquelas destinadas a refugiados civis.

26. O denominado princípio “*tempus regit actum*” significa que:

- a) as normas processuais não têm aplicação imediata.
- b) uma lei nova processual, que venha a modificar a composição do tribunal, não possa ser aplicada aos processos em curso.
- c) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos.
- d) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior terão que ser renovados.

27. O processo efetiva-se com:

- a) a citação do acusado.
- b) o recebimento da denúncia.
- c) a decretação da prisão preventiva do indiciado, após manifestação do MPM.
- d) o oferecimento da denúncia.

28. A regra do art. 24 do CPPM, proibindo a autoridade militar de mandar arquivar o inquérito, assim como a do art. 32, dispendo que o MPM não pode desistir da ação penal, devem-se ao:

- a) princípio da disponibilidade.
- b) princípio do impulso oficial.

- c) princípio da indisponibilidade.
- d) princípio da igualdade.

29. O Juiz dar-se-á por suspeito no processo em que:

- a) tiver funcionado o seu cônjuge como perito.
- b) tiver dado parte oficial do crime.
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- d) tiver servido como testemunha.

30. Em processo de competência originária do STM, não tendo o Relator, após a manifestação do Procurador-Geral, admitido o assistente de acusação:

- a) caberá a interposição de recurso inominado para o Plenário.
- b) caberá a interposição de recurso inominado para o Presidente do Tribunal.
- c) não caberá qualquer recurso.
- d) caberá a interposição de recurso em sentido estrito para o Plenário.

31. Caso a denúncia não preencha os expressos requisitos legais (art. 77 do CPPM), o Ministério Público, atendendo o mandamento do Juiz, deverá preencher os requisitos no prazo de:

- a) três dias.
- b) cinco dias.
- c) quinze dias.
- d) dez dias.

32. Um crime militar que tiver sido cometido, por Marinheiro residente em Salvador-BA, a bordo de navio militar que se encontrava no porto de Itajaí-SC, será processado e julgado:

- a) na Auditoria da 11ª CJM (Brasília).
- b) na 1ª Auditoria da 3ª CJM (Porto Alegre).
- c) na Auditoria da 6ª CJM (Salvador).
- d) na Auditoria da 5ª CJM (Curitiba).

33. A competência será determinada pela conexão:

- a) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares não influir na prova de outra infração.
- b) na hipótese de uma única pessoa praticar várias infrações em concurso.
- c) se, ocorridas duas ou mais infrações, umas tiverem sido praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- d) quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração.

34. Um Major, que servia em Porto Alegre, foi seqüestrado em Bagé, sendo levado para Santa Maria e, por fim, para Canoas. A competência será firmada:

- a) pela prevenção.
- b) pelo lugar da infração.
- c) pela sede do lugar de serviço.
- d) pelo local da residência ou domicílio dos acusados.

35. Serão inquiridas onde estiverem, as testemunhas:

- a) que sejam membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) que sejam descendentes do acusado.
- c) que se encontrem impossibilitadas por enfermidade ou por velhice.
- d) que exerçam a Presidência dos Conselhos Seccionais da OAB.

36. Em se tratando de questão prejudicial, será correto entender que a competência para resolvê-la caberá:

- a) ao Juiz-Auditor em qualquer fase do processo, em primeira instância.
- b) ao Juiz-Auditor, se argüida antes de instalado o Conselho de Justiça.
- c) ao Juiz-Auditor, em qualquer fase do processo, em primeira instância, em se tratando de alegação irrelevante.
- d) ao Juiz-Auditor, em qualquer fase do processo, em primeira instância, reputando-se a alegação como séria e fundada.

37. Ao executor de mandado de prisão é expressamente vedado, em toda e qualquer circunstância:

- a) o emprego de força.
- b) o recurso ao uso de algemas.
- c) sendo dia, entrar à força na casa em que se encontrar o capturando.
- d) o emprego de algemas, quando se tratar de ministro de confissão religiosa.

38. Da decisão proferida pelo Juiz, após ouvir o Ministério Público, reconhecendo a argüição de coisa julgada formulada pelo acusado:

- a) caberá recurso em sentido estrito.
- b) caberá recurso inominado.
- c) haverá recurso de ofício.
- d) não caberá recurso algum, tratando-se de decisão irrecorrível.

39. Assinale a opção correta:

- a) tem valor de prova a confissão, mesmo que incompatível com as demais provas do processo.
- b) o silêncio do acusado não implicará em confissão.
- c) a confissão é irretratável.
- d) a confissão do acusado somente será válida se ocorrer na oportunidade do seu interrogatório.

40. A expedição de precatória para a oitiva de testemunha que residir fora da jurisdição do juízo:

- a) suspenderá a instrução criminal pelo prazo máximo de trinta dias.

- b) suspenderá a instrução criminal pelo prazo máximo de sessenta dias.
- c) suspenderá a instrução criminal até que seja restituída.
- d) não suspenderá a instrução criminal.

41. É vedada a concessão de menagem:

- a) nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a dois anos.
- b) aos insubmissos.
- c) nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a quatro anos.
- d) aos reincidentes.

42. Em tempo de guerra, a denúncia será oferecida, se for o caso, no prazo de:

- a) vinte e quatro horas.
- b) dez dias.
- c) três dias.
- d) cinco dias.

43. Assinale a opção correta:

- a) compete ao Presidente requisitar força federal ou policial para garantia dos trabalhos do Tribunal.
- b) são três, de acordo com a LOJM, os órgãos da Justiça Militar, em tempo de paz.
- c) a Auditoria da 9ª CJM abrange os Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.
- d) a Auditoria de Correição, com jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de um Juiz-Auditor Corregedor, um Diretor de Secretaria, dois Oficiais de Justiça Avaliadores e demais auxiliares do quadro previsto em lei.

44. Compete ao STM processar e julgar originariamente:

- a) os conflitos de competência entre Conselhos de Justiça, entre Juízes-Audidores, ou entre estes e aqueles.
- b) os incidentes processuais previstos pela lei.
- c) a revisão dos processos findos na Justiça Militar.
- d) os pedidos de correição parcial.

45. Fazem parte da composição do STM:

- a) cinco ministros civis, escolhidos pelo Presidente da República, sendo três advogados e dois Juízes-Audidores.
- b) dez ministros militares, todos do último posto da carreira militar, sendo três da Marinha, quatro do Exército e três da Aeronáutica, todos com menos de sessenta e cinco anos, quando nomeados pelo Presidente da República.
- c) os dois representantes da Magistratura terão que pertencer, necessariamente, ao quinto mais antigo da carreira.
- d) três advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

46. Compete ao Ministro-Presidente do Tribunal:

- a) determinar a instauração de sindicância, inquérito e processo administrativo, quando envolvendo magistrado da Justiça Militar.
- b) conceder licenças e férias aos servidores que lhe são diretamente subordinados.
- c) homologar o resultado de concurso público.
- d) determinar ao Juiz-Auditor Corregedor a realização de correição especial em Auditoria.

47. Compete ao Juiz-Auditor Corregedor:

- a) proceder correição nos autos findos, por determinação do Tribunal.
- b) representar ao Tribunal, acolhendo manifestação do Representante do MPM, por entender que existem indícios de crime e autoria, em processo mandado arquivar pelo Juiz-Auditor.
- c) instaurar procedimento administrativo para apurar falta cometida por servidor de sua Auditoria ou das demais Auditorias.
- d) proceder correição nos autos em andamento nas Auditorias, de ofício, ou por determinação do Tribunal.

48. Caberá a qual Auditoria o julgamento de um fato tido como criminoso praticado na cidade de Imperatriz - MA:

- a) a da 9ª C.J.M. (Campo Grande).
- b) a da 8ª C.J.M. (Belém).
- c) a da 10ª C.J.M. (Fortaleza).
- d) a da 12ª C.J.M. (Manaus).

49. Compete ao Juiz-Auditor:

- a) apurar e proclamar as decisões do Conselho.
- b) requisitar às autoridades civis e militares as providências necessárias ao andamento do feito.
- c) nomear curador ao revel, quando da sessão de julgamento.
- d) mandar proceder a leitura da ata da sessão anterior.

50. Na vigência do estado de guerra, condicionada a ação penal à requisição do Presidente da República, o comandante do teatro de operações responderá a processo perante:

- a) o STF.
- b) o Conselho Superior de Justiça Militar.
- c) o Conselho de Justiça Militar.
- d) o STM.

51. Considerando seu núcleo teleológico, o que é Constituição ?

- a) um estatuto jurídico para definir os direitos das pessoas e os deveres do Estado.
- b) um documento jurídico cujo objeto é estabelecer a separação dos poderes e fixar regras para a administração pública.
- c) um instrumento jurídico destinado a limitar o poder político.
- d) uma carta política com a finalidade de distribuir as competências da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

52. No controle concentrado de constitucionalidade,

- a) a decisão é dada para solucionar um caso concreto e gera efeito entre as partes.
- b) a decisão é dada em tese e gera efeito entre as partes.
- c) a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal gera efeitos *erga omnes*.
- d) a inconstitucionalidade *incidenter tantum* pode ser reconhecida por qualquer juiz ou tribunal, mediante ação declaratória.

53. Concebida por MAQUIAVEL, no século XVI, a palavra Estado foi definida como “um poder dotado de estabilidade”. Quais os elementos integrantes do conceito contemporâneo de Estado ?

- a) organização dos poderes, forças armadas, e supremacia da Constituição.
- b) poder, povo, território e soberania.
- c) separação de poderes, definição de direitos e garantias individuais, distribuição de competência territorial e reconhecimento internacional.
- d) capacidade de defender seu território, de aplicar suas próprias leis e de estabelecer relações internacionais.

54. São mecanismos típicos de controles recíprocos da doutrina de separação de poderes:

- a) o controle de constitucionalidade cabe ao Judiciário, o processo legislativo ao Congresso Nacional e o veto ao Executivo.
- b) a renovação dos mandatos no Executivo e no Legislativo e a vitaliciedade das investiduras no Judiciário.
- c) a impossibilidade de veto do Executivo e de declaração de inconstitucionalidade pelo Judiciário, em relação às emendas constitucionais promulgadas pelo Congresso Nacional.
- d) a iniciativa das leis cabe tanto ao Executivo como ao Legislativo e ao Judiciário, bem assim ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União.

55. Os direitos e garantias individuais, estatuídos no art. 5º da Constituição Federal asseguram:

- a) *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
- b) *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular.
- c) todos os *writs* constitucionais, mais os instrumentos previstos para a defesa dos interesses difusos e coletivos.
- d) a aplicabilidade imediata das normas definidoras dos direitos e garantias individuais dispensa a necessidade dos *writs*.

56. São requisitos para a propositura de ação popular:

- a) ilegalidade, imoralidade e lesividade do ato impugnado.
- b) ilegalidade e imoralidade.
- c) ilegalidade ou imoralidade.
- d) ilegalidade e lesividade.

57. Ao organizar o Poder Judiciário a Constituição Federal estabeleceu os seus órgãos a partir do art. 92. Assinale a resposta incorreta:

- a) o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.
- b) os integrantes dos Tribunais Superiores têm o título de Ministros.
- c) a regra do quinto constitucional não tem aplicação nos Tribunais Superiores.
- d) os membros dos Tribunais Superiores não gozam de prerrogativa de foro junto ao Supremo Tribunal Federal no processo e julgamento de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade.

58. São co-legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade:

- a) o Presidente da República, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União.
- b) o Procurador-Geral da República, brasileiro nato no gozo dos direitos políticos, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados.
- c) o Presidente da República, o Presidente do Tribunal de Contas da União, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d) o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Governador de Estado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

59. Dentre as garantias constitucionais asseguradas aos juízes constam:

- a) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio, imunidade tributária.
- b) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio, possibilidade de exercício concomitante entre magistratura e magistério.
- c) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio, promoção alternada por merecimento e antigüidade desde o ingresso na carreira até os Tribunais Superiores.
- d) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio, licença temporária para o exercício do cargo de Ministro de Estado.

60. São privativos de brasileiros natos os cargos de:

- a) Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministro de Estado da Defesa, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda.
- b) Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal e presidentes dos Tribunais Superiores.
- c) oficiais das Forças Armadas e integrantes da carreira diplomática.
- d) Ministros do Supremo Tribunal Federal, Ministros do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União.

61. A Constituição tem um cerne fixo, consistente nas chamadas “cláusulas pétreas”. Dentre as seguintes hipóteses, qual integra esse núcleo intangível, que configura limitação material ao constituinte reformador ?

- a) a democracia representativa, a liberdade de expressão, os direitos sociais e trabalhistas, a igualdade entre os Estados federados.

- b) a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais.
- c) a garantia do devido processo legal, o princípio da reserva legal, o direito de propriedade, a defesa da paz.
- d) a institucionalidade das Forças Armadas, o princípio da proporcionalidade eleitoral, a língua portuguesa, o sistema bicameral no Congresso Nacional.

62. O princípio constitucional do acesso ao Poder Judiciário:

- a) deve ser exercido nos termos da lei complementar ou ordinária que o disciplina.
- b) tem eficácia dependente de esgotamento prévio da via administrativa.
- c) pode ser excluído do texto constitucional mediante emenda genérica ou específica.
- d) assegura a prestação jurisdicional diante de qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito.

63. A declaração de guerra é:

- a) inconstitucional, já que a Constituição Federal estabelece a defesa da paz como um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- b) competência da União, podendo ser feita, em caso de agressão estrangeira, pelo Presidente da República, mediante autorização ou referendo do Congresso Nacional.
- c) competência do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- d) competência do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, sancionado pelo Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

64. A competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Ministro de Estado da Defesa é do:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal Militar.
- c) Superior Tribunal de Justiça.
- d) Tribunal Regional Federal.

65. Nos termos da Constituição Federal, assinale a hipótese correta:

- a) não haverá pena de caráter perpétuo, exceto nos casos de crimes hediondos.
- b) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- c) não haverá pena de confisco de bens, salvo nos crimes de responsabilidade fiscal.
- d) não haverá pena de trabalhos forçados, exceto nos casos de crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

66. A Emenda Constitucional nº 45/04, que cuidou da Reforma do Judiciário, introduziu em nosso ordenamento jurídico as chamadas Súmulas Vinculantes, que:

- a) poderão, de ofício ou por provocação, e mediante decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, ser editadas pelos Tribunais Superiores, após reiteradas decisões sobre matérias de sua respectiva competência.
- b) poderão, de ofício ou por provocação, e mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ser editadas após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.

- c) poderão, por provocação do Procurador-Geral da República e mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça, ser editadas após reiteradas decisões sobre matéria referente à proteção dos direitos fundamentais.
- d) poderão, nos termos de lei complementar, ser editadas por quaisquer tribunais, de ofício ou por provocação, e mediante decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, após reiteradas decisões sobre matérias de sua respectiva competência.

67. Assinale a hipótese correta:

- a) a atividade político-eleitoral do partido político tem início a partir do assentamento de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas, enquanto associação jurídica de direito civil.
- b) o exercício da atividade político-eleitoral do partido político depende do registro de seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral da respectiva região, feito, em seguida, o registro civil de seus atos constitutivos na comarca de sua sede.
- c) o exercício da atividade político-eleitoral do partido político depende do registro de seus atos constitutivos no registro civil de pessoas jurídicas e do registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- d) o partido político somente terá personalidade jurídica de direito público interno a partir do momento em que eleja um número mínimo de representantes fixado em lei complementar.

68. Nas infrações político-administrativas denominadas crimes de responsabilidade, será o Presidente da República julgado:

- a) pelo Senado Federal, somente podendo ser condenado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros a perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública.
- b) pelo Senado Federal, por maioria simples, após juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, também por maioria simples.
- c) pelo Congresso Nacional, por 2/3 (dois terços) dos seus integrantes, após autorização do Supremo Tribunal Federal.
- d) pelo Supremo Tribunal Federal, após juízo de admissibilidade do Congresso Nacional.

69. A Constituição Federal determina a responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do Estado no sentido de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Dentre as hipóteses abaixo, qual se encontra constitucionalmente garantida?

- a) idade mínima de 14 anos para admissão a qualquer trabalho e de 18 anos para a imputabilidade penal.
- b) obediência aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade.
- c) conhecimento pleno e formal do ato infracional e defesa técnica por profissional habilitado, não se exigindo igualdade na relação processual.
- d) inimputabilidade dos menores de 16 anos, em consonância com a legislação eleitoral em vigor.

70. Segundo dispõe a Constituição Federal, a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária. Dentre os direitos dos presos, quais, se violados, poderiam implicar constrangimento ilegal ?

- a) respeito à integridade física e moral.
- b) assistência da família e de advogado.
- c) identificação dos responsáveis pela prisão e pelo interrogatório policial.
- d) todas as hipóteses acima.

71. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, introduziu a concepção contemporânea de Direitos Humanos, caracterizada:

- a) pela teoria das gerações de direitos, segundo a qual os direitos de primeira geração (os direitos civis e políticos) sempre prevalecem em relação aos demais, tendo como fundamento o valor da liberdade.
- b) pela teoria das gerações de direitos, segundo a qual os direitos de segunda geração (os direitos econômicos, sociais e culturais) sempre prevalecem em relação aos demais, tendo como fundamento o valor da igualdade.
- c) pela indivisibilidade dos Direitos Humanos, segundo a qual estes compõem uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, tendo como fundamento o valor da dignidade humana.
- d) pelo multiculturalismo, segundo o qual o princípio da autodeterminação dos povos e os direitos culturais têm prevalência em relação aos demais, tendo como fundamento o valor da identidade cultural.

72. Consoante dispõe a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes:

- a) em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, como justificativa para a tortura.
- b) circunstâncias excepcionais, como ameaça ou estado de guerra, poderão ser invocadas como justificativa para a tortura.
- c) circunstâncias excepcionais, como emergência pública associada a atos de terrorismo, poderão ser invocadas como justificativa para a tortura.
- d) caberá ao direito interno estabelecer as circunstâncias excepcionais que possam justificar a tortura.

73. O princípio da dignidade humana é:

- a) norma programática, destituída de eficácia, salvo mediante lei complementar específica.
- b) norma de eficácia contida, com alcance restrito por lei complementar.
- c) fundamento do Estado Democrático de Direito.
- d) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

74. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu:

- a) exclusivamente direitos civis e políticos, conferindo primazia à liberdade do ser humano.
- b) exclusivamente direitos sociais e trabalhistas, conferindo primazia à igualdade do ser humano.
- c) equilíbrio entre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, diante da necessidade de convivência entre o capitalismo e o comunismo, no início do período histórico depois denominado Guerra Fria.

- d) a dignidade inerente a todos os seres humanos e a proclamação de direitos iguais e inalienáveis.

75. Em 1776, o celebrado *Bill of Rights*, da Declaração da Virgínia, proclamou que todo ser humano é titular de direitos fundamentais, a saber:

- a) o direito de defesa, à aplicação do princípio da reserva legal, ao devido processo legal, ao duplo grau de jurisdição.
- b) o direito à vida, o direito à liberdade, o direito à busca da felicidade, o direito de resistência.
- c) o direito ao trabalho, ao salário, à educação e à saúde.
- d) o direito a eleições livres e periódicas e a nelas tomar parte, por si ou por seus representantes.

76. Tem-se como País onde o Direito Administrativo nasceu:

- a) Itália.
- b) Espanha.
- c) França.
- d) Portugal.

77. São princípios da Administração Pública:

- a) legalidade, moralidade e discricionariedade.
- b) impessoalidade, publicidade e supremacia dos interesses particulares.
- c) finalidade, motivação e sigilo.
- d) legalidade, finalidade e eficiência.

78. A Constituição Federal em matéria de responsabilidade adota:

- a) a teoria da responsabilidade objetiva.
- b) a teoria da culpa administrativa.
- c) a teoria da irresponsabilidade.
- d) a teoria da responsabilidade subjetiva.

79. Qual dos diplomas legais abaixo tem um artigo definindo Poder de Polícia ?

- a) Decreto-lei nº 200, de 1967.
- b) Lei nº 5.172, de 1966.
- c) Decreto-lei nº 900, de 1969.
- d) Lei nº 10.406, de 2002.

80. A nomeação de Ministro do Superior Tribunal Militar é:

- a) ato simples.
- b) ato discricionário.
- c) ato complexo.
- d) ato de império.

81. O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade denomina-se:

- a) permissão.
- b) concessão.
- c) autorização.
- d) licença.

82. Não se pode licitar via Pregão:

- a) a aquisição de veículos.
- b) serviços de vigilância.
- c) serviços de engenharia.
- d) serviços de transporte.

83. As Agências reguladoras são:

- a) autarquias de regime especial.
- b) agências executivas.
- c) fundações públicas.
- d) empresas estatais.

84. Ao servidor público da União é permitido exercer o comércio:

- a) em situação de emergência, com autorização do Presidente da República.
- b) desde que seja somente sócio-gerente em empresa familiar.
- c) como cotista, acionista ou comanditário de empresas públicas ou privadas.
- d) quando haja compatibilidade de horário.

85. A absolvição criminal de servidor público:

- a) nunca interfere na esfera administrativa.
- b) acarreta o arquivamento do processo administrativo quando se dá por negativa de autoria.
- c) determina o arquivamento do processo administrativo quando se dá por inexistência do fato ou por falta de provas.
- d) nenhuma das alternativas acima.

86. O processo pelo qual um bem dominical passa a ser bem de uso comum denomina-se:

- a) trestinação.
- b) afetação.
- c) reversão.
- d) retrocessão.

87. A utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade pública e indenização posterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias, denomina-se:

- a) servidão administrativa.
- b) desapropriação.

- c) ocupação temporária.
- d) requisição.

88. A desapropriação por interesse social pode ocorrer no caso de:

- a) segurança nacional.
- b) proteção do solo e de preservação de cursos e mananciais de água.
- c) salubridade pública.
- d) exploração ou conservação dos serviços públicos.

89. A via constitucional posta à disposição de qualquer cidadão para obter a anulação de atos ou contratos administrativos - ou a eles equiparados – lesivos ao patrimônio público denomina-se:

- a) ação popular.
- b) mandado de segurança coletivo.
- c) ação civil pública.
- d) mandado de injunção.

90. As normas da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aplicam-se:

- a) somente à Administração direta.
- b) subsidiariamente ao processo administrativo disciplinar.
- c) aos órgãos administrativos dos poderes da União, exceto aos do Judiciário.
- d) ao processo de licitação independentemente das regras específicas da Lei de Licitações.

91. A Constituição do Brasil, promulgada em 1988, de acordo com a redação da Emenda Constitucional nº 18, de 1998, estabelece que o militar da ativa que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente:

- a) ficará agregado ao respectivo quadro.
- b) será reformado.
- c) será transferido para a reserva.
- d) perderá o posto e a patente.

92. De acordo com os preceitos constitucionais vigentes, são denominados “militares”:

- a) somente os oficiais integrantes das Forças Armadas.
- b) os membros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- c) os membros das Forças Armadas e da Polícia Federal.
- d) os membros da ativa das Forças Armadas.

93. Um oficial do Exército, do posto de Coronel, punido com pena disciplinar de prisão ou de detenção, deverá cumprir essa punição:

- a) em qualquer organização militar do Exército.
- b) em sua residência particular.
- c) em organização militar do Exército cujo comandante, chefe ou diretor seja Oficial-General.

- d) em organização militar do Exército ou de outra Força cujo comandante, chefe ou diretor lhe tenha precedência hierárquica.

94. O Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), em seu Art. 17, estabelece que:

“A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antigüidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei”

Desta forma, consideram-se como correspondentes os seguintes postos na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, respectivamente:

- a) Contra-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro.
- b) Capitão-de-Corveta, Capitão (Exército) e Capitão (Aeronáutica).
- c) Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro.
- d) Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente (Exército) e Primeiro-Tenente (Aeronáutica).

95. A obrigação para com o serviço militar, em tempo de paz, começa no dia 1º de janeiro do ano em que o cidadão completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.

O cidadão que regularmente alistado para o serviço militar, não comparecer na ocasião e no local marcados para a seleção, ou que, tendo-o feito, se ausentar sem a ter completado, será considerado:

- a) refratário.
- b) desertor.
- c) incapaz.
- d) insubmisso.

96. Incorporação é o ato de inclusão do convocado ou voluntário para o serviço militar em uma organização militar das Forças Armadas.

A Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964) estabelece que o convocado poderá ter sua incorporação adiada:

- a) se estiver matriculado ou for candidato à matrícula em estabelecimentos de ensino destinados à formação de médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários.
- b) se estiver matriculado em Órgão de Formação de Reserva.
- c) se for arrimo de família.
- d) se for julgado incapaz definitivamente para o serviço militar.

97. Os convocados para o serviço militar inicial, julgados aptos em seleção e que deixarem de receber destino de incorporação por excederem as necessidades:

- a) receberão o Certificado de Excesso de Contingente.
- b) receberão o Certificado de Reservista.
- c) receberão o Certificado de Isenção do Serviço Militar.
- d) deverão comparecer para novo processo de seleção no ano seguinte.

98. O Regulamento Disciplinar para a Marinha (Dec. nº 88.545, de 26 de julho de 1983), em vigor, estabelece que as contravenções disciplinares serão punidas com penas disciplinares.

A pena disciplinar máxima passível de aplicação a um Marinheiro em tempo de paz é:

- a) morte.
- b) prisão simples de até 180 dias.
- c) prisão rigorosa de até 30 dias.
- d) licenciamento ou exclusão do serviço ativo, a bem da disciplina.

99. O Regulamento Disciplinar do Exército (Dec. nº 4.346, de 26 de agosto de 2002), em vigor, estabelece que a competência para aplicar punições disciplinares é definida pelo cargo e não pelo grau hierárquico.

Assim sendo, a única autoridade com competência para punir disciplinarmente qualquer militar do Exército, da ativa, da reserva ou reformado é:

- a) o Presidente da República.
- b) o Ministro da Defesa.
- c) o Comandante do Exército.
- d) o Chefe do Estado-Maior do Exército.

100. De acordo com o Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (Dec. nº 76.322, de 22 de setembro de 1975), em vigor, o militar da Aeronáutica que se considerar punido injustamente, poderá usar o seguinte recurso disciplinar:

- a) Pedido de reabilitação.
- b) Pedido de anulação de punição.
- c) Pedido de cancelamento de punição.
- d) Pedido de reconsideração de ato ou representação.